

# Começou o cultivo de cânhamo nos Açores, no Sanguinho, Faial da Terra

A Confraria Internacional Cannabis Portugal anunciou ontem o início do cultivo do cânhamo nos Açores.

Este projecto foi oficialmente lançado ontem à tarde, na empresa que obteve, da parte da Direcção Geral da Alimentação e Veterinária, a primeira autorização para o efeito: Sanguinho – Turismo de Natureza dos Açores, situado no Faial da Terra.

Este cultivo e outros igualmente previstos, nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Flores, representam o culminar de inúmeras reuniões, formações especializadas,

três edições da CannAzores - Fórum Transatlântico de Cânhamo e Canábis, em 2021, 2022 e 2023, e duas edições da CannaPortugal – Expo Internacional de Cânhamo e de Canábis, realizadas em Lisboa em 2022 e 2023.

“Em total alinhamento com a Agenda 2030, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e vasta documentação produzida pela ONU, União Europeia, FMI, Banco Mundial e a OMS, o cultivo desta planta é de suma importância para a economia e sustentabilidade,

proporcionando a regeneração dos solos e mais qualidade de vida às populações locais”, afirma a organização.

Importa recordar que a fileira do cânhamo industrial é uma área económica de valor acrescentado com base numa planta da família da canábis que não constitui qualquer perigo para a saúde pública, uma vez que os níveis de THC (tetrahydrocannabinol) são baixos e não produzem efeitos psicotrópicos, acrescenta a organização em comunicado enviado ao nosso jornal.



# Educação gera polémica no Parlamento

O Governo açoriano assegurou no Parlamento que está a realizar a “maior redução” da taxa de abandono escolar precoce “de que há memória”, enquanto a oposição denunciou os “anos perdidos” na educação devido à acção do Executivo.

“Estamos a fazer a maior redução que há memória e que há registo nos Açores, de 2016 a 2020 nunca alteraram nada. O continente e a Madeira sempre a reduzir [a taxa de abandono escolar precoce] e os Açores sempre nos mesmos índices. Nós já diminuimos cinco pontos percentuais”, afirmou a Secretária da Educação, Cultura e Desporto, durante a discussão do Plano e Orçamento no plenário da Assembleia Legislativa Regional, na Horta.

Sofia Ribeiro respondia especificamente ao deputado do BE António Lima, que considerou a meta de reduzir para 15% o abandono escolar precoce até 2030 (prevista na Estratégia para Educação 2030) como “muitíssima fraca”.

Para o deputado bloquista, aquele objectivo representa um ritmo de redução que “não resolve nenhum problema”.

A taxa de abandono escolar precoce nos Açores foi de 21,7% em 2023, segundo dados divulgados em Fevereiro.

Também a deputada do PS Inês Sá lembrou que os Açores têm “um dos mais baixos níveis de escolarização” do país, “associado a uma das mais elevadas taxas de abandono precoce”.

A socialista condenou a ausência de “estratégia e caminho” para a educação, criticando o “abandono total” do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso, criado pelo Governo Regional do PS.

“Os três anos perdidos são exclusivamente da responsabilidade do presente, não do passado e muito menos, do futuro”, salientou.

Antes, numa intervenção na tribuna do Parlamento, a Secretária Regional destacou que a maior fatia do Orçamento para a Educação está destinada à acção social escolar, cerca de 16 milhões de euros.

Na cultura, Sofia Ribeiro prometeu que a revisão em curso do regime de apoio aos agentes culturais “irá agilizar e garantir maior transparência aos apoios concedidos aos agentes culturais”.

No debate, a deputada do PSD Délia Melo enalteceu o “aumento significativo do apoio social escolar”, que permite “aliviar a pressão financeira para famílias



com menos rendimentos”.

A social-democrata acusou ainda a parlamentar do PS Inês Sá de querer “apagar da memória coletiva os responsáveis pelo estado de degradação da educação”, referindo-se aos anteriores executivos regionais socialistas.

A deputada do Chega Olivéria Santos mostrou “preocupação” com a desmaterialização dos manuais escolares, alertando para a “dependência da tecnologia” nos mais jovens.

A líder parlamentar do CDS-PP, Catarina Cabeceiras, elogiou os “passos seguros” do Governo Regional na contratação de recursos na área da educação inclusiva, levando Sofia Ribeiro a revelar que os Açores têm o “melhor rácio do país” relativamente ao número de psicólogos nas escolas.

Pedro Neves, do PAN, lembrou que o seu partido apresentou na anterior legislatura uma proposta (que acabou chumbada) para criar incentivos pecuniários para a fixação de docentes.

## Artur Lima apela à “primazia da estabilidade”

O Vice-presidente do Governo dos Açores alertou para a “necessidade imediata” de colocar os interesses partidários em “segundo lugar” para dar “primazia à estabilidade”, enquanto o PS denunciou “atrasos” na execução dos fundos europeus.

“Há uma necessidade imediata em colocar em segundo plano interesses partidários e dar primazia à estabilidade governativa que os Açores precisam”, afirmou Artur Lima, que falava na discussão do Plano e Orçamento dos Açores para 2024, na Assembleia Regional, na Horta.

Para o Vice-presidente do executivo açoriano existe a “necessidade imediata em pôr a administração pública e a sociedade a funcionar normalmente” e em “recuperar o tempo perdido” devido ao

chumbo da anterior proposta de Orçamento em Novembro de 2023.

“Há uma necessidade imediata em acabar com a dúvida, com a incerteza e com o atraso resultantes da ausência de orçamento”, insistiu.

Na área da Ciência, Artur Lima destacou o apoio de 950 mil euros à Universidade dos Açores e o investimento de 1,5 milhões de euros na ampliação do edifício do Terinov – Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira.

Segundo disse, o Governo dos Açores vai dedicar 900 mil euros para a Agenda Global para o Investimento e Inovação Regional (AGIR), “um plano de acção que servirá para fomentar o desenvolvimento regional através da cooperação económica e do investimento externo”.

“Porque queremos estender a nossa acção no âmbito da cibersegurança também às nossas empresas e aos municípios, vamos agora instalar o Centro de Competências de Cibersegurança dos Açores, um projeto totalmente suportado pelo PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] Nacional”, acrescentou.

Na política externa, o Executivo dos Açores prometeu continuar a reivindicar a descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória, devido à presença americana na Base das Lajes.

“Por insistência nossa, na última reunião da Comissão Bilateral Permanente, conseguimos novos avanços em matéria laboral e reivindicamos que as acções de descontaminação na Praia da Vitória sejam intensificadas”, destacou.

O deputado do PS André Rodrigues considerou que a acção do Governo Regional “resultou num eclipsar da presença e do reconhecimento político e institucional da Região no quadro da União Europeia”, defendendo que o arquipélago precisa de uma “visão e actuação político-institucional capaz e representativa”.

O parlamentar alertou para atrasos na execução dos fundos europeus e avisou

que a “ultraperiferia não pode ser condição apenas de exigência”, mas também tem de ser “condição de pertença, de participação e de execução”.

“O actual Governo continua a receber alertas internos de atrasos na execução, de não cumprir metas e calendários de, no fundo, nos deixar para trás”, avisou o socialista.

Já o deputado do Chega José Pacheco abordou a cibersegurança, avisando que os ataques informáticos são “cada vez mais poderosos” e defendendo a aposta num “sistema preventivo” junto dos mais jovens.

Por sua vez, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, António Ventura, salientou ontem o reforço regional de mais 11,3 milhões de euros no Plano agrorural para 2024, sublinhando o crescimento de 13% verificado comparativamente ao ano transato.

O governante falava na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, na discussão das propostas de Orientações de Médio Prazo 2024-2028 e do Plano e Orçamento para 2024, onde frisou ainda o compromisso deste Governo de assegurar o pagamento das ajudas comunitárias sem cortes, destacando, por isso, o crescimento do POSEI em 6%.

“Continua, assim, o Governo a contribuir para a melhoria do rendimento do agricultor o que significa uma segurança para todos os açorianos na produção local de alimentos, pela diminuição da dependência alimentar externa”, sustentou.

Na ocasião, o responsável pela pasta da Agricultura frisou também o investimento nas acessibilidades agrícolas, referindo ser “o maior investimento dos últimos 15 anos” nessa matéria.

“São 10,9 milhões de euros, porém, e atendendo à degradação destas vias que vem de longa data e às consequências das condições climáticas adversas sentidas, esta verba não vai resolver o elevado grau de degradação dos caminhos, mas vai promover uma progressiva resolução do problema”, assumiu.

O Parlamento açoriano iniciou ontem debate das propostas de Plano e Orçamento Regional 2024, sem a ameaça do chumbo do documento apresentado pelo Executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, mas com o sentido de voto do PS ainda “em aberto”.